

Armínio Fraga nega volta da indexação

Mesmo que os preços atinjam o teto da meta, tendência é de queda, disse o presidente do BC

MÔNICA CIARELLI
Especial para o Estado

RIO - O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, rebateu ontem as críticas de que o novo sistema de metas de inflação vai provocar a volta da indexação no País. Segundo ele, o governo sairá vitorioso mesmo que os preços converjam para o nível das metas, pois a tendência da inflação estabelecida pelo novo sistema é de queda.

"As metas mostram uma expectativa de inflação futura, não olham o passado", explicou. "Antes se olhava para o retrovisor para fixar um preço, isso acabou." O diretor de Pesquisa Econômica do BC, Sérgio Werlang, destacou que as metas vão servir apenas de referencial para a população saber qual será a trajetória que a economia vai seguir no futuro. "Se fosse para indexar algo teríamos fixado meta zero", argumentou. Segundo Werlang, à medida que o sistema ganhar credibilidade na população, a própria sociedade vai contribuir para o sucesso das metas.

Um dos pontos positivos do novo sistema, na opinião de Fraga, é a maior transparência para a sociedade dos projetos e compromisso do governo. "Transparência exige compromisso e isso cria maior credibilidade, essa é uma equação que funciona", disse.

O presidente do BC contestou também as críticas de que as metas foram frouxas, deixando um espaço muito grande de manobra para o governo. Ele lembrou que o número estabelecido foi fruto de um trabalho de projeções que levou em conta uma série de indicadores e a tendência da economia internacional.

Tarifaço - Fraga admitiu que a decisão do governo de promover

BC QUER CUSTOS DE CRÉDITO MENORES

um grande reajuste nas tarifas públicas agora também fez parte da estratégia de centralizar a pressão inflacionária neste ano. "Houve uma decisão de fazer esse tarifaço agora para que os ajustes sejam menos frequentes nos próximos anos", reconheceu.

Após anunciar as metas de inflação, uma das prioridades do Banco Central este ano será encontrar mecanismos para reduzir o custo dos financiamentos diretos ao consumidor. Werlang revelou que o BC formou um grupo de técnicos para estudar a disparidade entre as taxas de juros básica da economia (negociada entre o Banco Central e as instituições financeiras) e as do crédito dire-

to ao consumidor.

"O governo sabe que precisa desmontar as amarras que mantêm os juros em alta; é preciso eliminar essa cunha", disse. "Mas o desmonte será aos poucos, ao longo dos próximos dois a três anos, uma alteração rápida poderia provocar uma explosão da atividade econômica." Werlang explicou que a redução dos compulsórios ou a diminuição da cunha fiscal iria provocar um aquecimento da economia.

Ele ressaltou que outro fato que tornaria inviável a queda dos juros ao consumidor é o baixo volume de recursos destinados a empréstimos ao setor privado. "Como o governo é deficitário, precisa de financiamento e deixa poucos recursos para o setor privado", disse. "Isso acaba elevando o custo do crédito para o consumidor brasileiro", ponderou.



Fraga: "tarifaço" agora para reajustar menos nos próximos anos